

JUNTO E MISTURADO: coexistência pacífica e interpenetração cultural na obra de Gilberto Freyre

Fabio Augusto Martins¹

Introdução

Gilberto Freyre (1900-1987) rompeu com a perspectiva do evolucionismo cientificista e do determinismo geográfico e biológico vigentes no pensamento brasileiro do final dos anos 1920. Suas críticas contundentes, direcionadas às teorias racialistas praticadas tanto por eugenistas quanto por arianistas, tornaram-no paladino da interpretação positiva sobre os efeitos da mestiçagem na sociedade brasileira. Influenciado e referenciado pela escola culturalista estadunidense, o autor se converteu a uma análise que valorizasse o caráter sincrético da cultura brasileira, atacando – a princípio – as concepções raciais e demonstrando que a origem do atraso e da degeneração de negros e mestiços estava nas causas sociais de alimentação e higiene.

Franz Boas foi, segundo Freyre, o seu grande mentor em sua original perspectiva, a qual trouxe pontos de vista inovadores para o Brasil de então. Nas palavras do Freyre (2001, p. 45),

Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça e os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. [...] Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família.

O contexto brasileiro de então, notadamente marcado por uma nova etapa da estrutura econômica de industrialização incipiente e sob a iminente crise da oligarquia agrária, a qual integrou o núcleo básico da sociedade pós-colonial (e que se revelava como retrato da família patriarcal, latifundiária, escravocrata e monocultora) – bem como pela eclosão de manifestações sociais e culturais (como a Semana da Arte Moderna, em 1922) –, apresentava-se como um momento absolutamente oportuno para o desenvolvimento de políticas e estudos culturais que tornassem viável o resgate de nosso folclore, de nossa arte e de nossa história.

Casa-grande & senzala funciona como um chamariz, e vem para inaugurar a valorização dos traços da miscigenação, marca da sociedade plurirracial brasileira, a qual –

¹ Graduando em Ciências Sociais pela PUC-Campinas.

em que pese a aparente diversidade cultural e de raças – se lhe apresentava como uma cultura homogênea, alheia a segregações e singularmente mestiça.

Muito embora a questão da mestiçagem passasse a ser tratada dentro de um panorama otimista, tal construção teórica criou, contudo, uma dificuldade de se pensar a construção de uma identidade brasileira pautada pela diversidade – na medida em que tornou elementos do “triângulo racial” invisíveis empiricamente e passou a servir como instrumento ideológico de legitimação e reprodução das desigualdades sociais –, além de escamotear os efeitos perversos do “racismo à brasileira” (IANNI, 2004).

Em suma, Gilberto Freyre nos legou uma obra transgressora e inovadora ou esta fora formulada no âmbito do reflexo do pensamento senhorial?

1 Um intelectual orgânico do latifúndio nordestino

A notoriedade de Gilberto Freyre no campo intelectual brasileiro e mundial diz respeito (em muito) à forma como este se articulou junto aos meios da política regional, principalmente em seu estado natal, Pernambuco. Suas relações sociais com as oligarquias açucareiras do Nordeste alçaram-no ao panteão de referência teórica (e ideológica) entre a classe dominante, fato auxiliado em boa medida por seu protagonismo frente às atividades do *Centro Regionalista do Nordeste*, de 1924, pequena organização comandada por Freyre e Odilon Nestor,² de inspiração tradicionalista e que se consolidou a partir de conferências e seminários, por meio de iniciativas que procuravam discutir estratégias de mobilização em defesa de aspirações com vistas à preservação e afirmação da causa nordestina.

Por intermédio das reuniões do *Centro Regionalista*, iniciou-se uma campanha mais ambiciosa de reabilitação dos costumes nordestinos: vem à tona O *Manifesto Regionalista* de 1926, documento lido no *I Congresso Brasileiro de Regionalismo*. O *Manifesto* foi um libelo em nome da preservação das tradições culturais da região, mas também fortemente pautado pela necessidade de uma ação dentro de um escopo temático mais abrangente, voltado para as esferas política e econômica.

O cenário de transformações sociais em curso exigia uma resposta às novas demandas que se apresentavam, e o Nordeste carecia de tomar uma posição, marcar o seu lugar e se estabelecer frente aos debates e encaminhamentos políticos que tinham em vista a formação de um pensamento que viabilizasse um emergente projeto de Nação. O *Manifesto*

² Odilon Nestor (1874-1968) foi um escritor, jornalista e poeta paraibano; bacharel pela Faculdade de Direito de Recife (PE), juiz municipal de São José do Egito (PB) e diretor do periódico *O Commercio*.

Regionalista explana dois assuntos entremeados: “a defesa da região enquanto unidade de organização nacional e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil em geral e do Nordeste em particular” (OLIVEN, 2002, p. 26).

Nesse ínterim, tem início uma reconfiguração do pensamento freyreano, no sentido de conformar um sistema com vistas a dar suporte teórico à formação nacional. Posteriormente, na década de 1930, inicia-se um novo ciclo, um momento de passagem que tem como expoentes o próprio Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros intelectuais que inauguraram novos paradigmas na interpretação da história social brasileira, por meio da utilização de novas ferramentas de análise, conduta que resultará em um “grande salto, que marcará profundamente a reflexão sobre o social” (BASTOS, 1987) e irá contribuir sobremaneira na formação e no desenvolvimento do pensamento social brasileiro.

2 Mestiçagem: do problema à exaltação (a sistematização de uma teoria)

A superação do regionalismo exige de Freyre uma sofisticação dos recursos intelectuais e argumentativos de que dispunha para então poder travar um embate político que passa a ficar mais acirrado dentro do campo intelectual brasileiro. A disputa ocorre num momento de efervescência dos debates acerca da formação identitária nacional, e torna-se essencial a apropriação de um discurso sociológico.

Retrocedendo um pouco às décadas anteriores e resguardadas as respectivas maneiras de interpretação, autores como Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Nina Rodrigues, por exemplo, defendiam (na transição de finais do século XIX para o XX) teses deterministas que previam a raça como um dos elementos causadores do atraso brasileiro, numa perspectiva biologizante do conceito, fortemente marcada por um caráter ideológico e doutrinador, utilizado para justificar e legitimar as relações sistemáticas de dominação racial e que, com o tempo, saíram das esferas intelectuais para se arraigar no corpo social (dos círculos dominantes ao imaginário popular).

A raciologia, construção social responsável por hierarquizar e estratificar os indivíduos pela cor de sua pele – em que se decretou a suposta superioridade da “raça” branca em relação aos indivíduos de epiderme negra, morena/mestiça ou amarela – fomentou uma noção teórica pseudocientífica, que dominou o espaço das ciências sociais brasileiras na passagem final do século XIX e início do século XX (MUNANGA, 2004), colocando em uma escala inferior a capacidade evolutiva de indígenas e negros, rebaixando moral e intelectualmente o povo da

terra – além de atribuir a influências externas o fator de degeneração dos grupos de cor nacionais.

Neste contexto, nosso autor desenvolve uma vasta obra de interpretação das relações entre escravos e senhores de engenho dentro de uma perspectiva que buscou formas de acomodar social e culturalmente o patriarcalismo brasileiro. Freyre foi pioneiro nos estudos de oposição ao determinismo vigente em sua época, a antítese do pessimismo da maioria dos autores de então, que atribuíram os problemas nacionais ao clima e à diáspora negra. Para ele, a força e a riqueza cultural brasileira estavam justamente na mescla de raças (elogio à mestiçagem), o que valorizava o caráter nacional nos aspectos inerentes à moda, aos costumes, à sexualidade, à alimentação e à língua.

O traço fundamental [da obra de Freyre] é a compreensão. Esta resposta funda-se no rompimento com a historiografia convencional que usa somente os documentos como fontes. [...] Inova ao propor o estudo da vida e da convivência cotidianas dos indivíduos como base para a reconstrução do passado das sociedades (BASTOS, 1994, p. 5).

Em que pese sua crítica definitiva e a superação às teorias racialistas, convém ressaltar que o pernambucano amenizou sobremaneira os efeitos nocivos da escravidão e do (inegável) racismo estrutural brasileiro. Seu viés conciliador e ambivalente cristalizou visões de mundo acerca da “realidade brasileira” que, ainda hoje, suscitam debates acalorados e eivados de polêmica nos círculos intelectuais e acadêmicos. Schwarcz (p. 310, 2006) salienta que “projetou-se no Brasil a imagem de uma certa harmonia racial, corolário lógico da representação de uma escravidão benigna”.

O investimento na ilustração do “paraíso racial” tornou a obra inicial de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, a mais divulgada e comentada dentre os trabalhos interpretativos do caráter nacional, abrindo novos parâmetros para o conhecimento do Brasil por meio de releituras e reinterpretções do nosso passado. Seu estilo ensaístico incluiu nas análises sociais uma fisionomia peculiar, subjetiva e até mesmo interpretações valorativas como instrumentos de conhecimento e mecanismos de discursos a serem disseminados por todo o corpo social como forma de se fazerem representar na realidade.

As controvérsias e ambiguidades presentes em sua obra remetem à exaltação de um modelo de convivência racial e cultural em que se supõe o caráter híbrido e a plasticidade do brasileiro, fruto de um amálgama étnico, de um eclecismo cultural que, apesar de equilibrados em suas diferenças, primam pela recusa mútua – em nome de uma autenticidade identitária –, “em um processo no qual as propriedades singulares de cada povo jamais chegam a se

dissolver por completo, guardando indelevelmente a lembrança das diferenças presentes em sua gestação” (ARAÚJO, 2009, p. 201).

Embora reconhecesse as desigualdades e as discriminações de raça e (principalmente) de classe no Brasil, Freyre argumentava que, diferentemente de países como África do Sul e Estados Unidos, estes inibidores não constituíram obstáculos à ascensão social de indivíduos de classes ou grupos inferiores. O estreitamento dos laços nas relações entre os polos opostos, afiançados pela miscigenação, criaram esferas de confluência, espaços sociais de confraternização que possibilitaram a extraordinária formação de uma civilização *tropical, original e criativa*.

3 Sexualidade: fronteira fluida, mistura íntima

Retomo aqui a ideia de cultura híbrida presente em Gilberto Freyre, cuja fecundidade do pensamento está implícita na questão sexual, na qual estuda as “complexas relações entre três grandes massas humanas” (FEBVRE, p. 20, 2000), donde resulta uma civilização múltipla e livre de políticas segregacionistas.

Ao salientar a noção de fusão presente no fenômeno da mestiçagem, Freyre reitera que este se baseia na existência, como ponto de partida, de ao menos dois componentes raciais distintos, que se entrecruzam e dão origem ao que o autor alude ser o “tipo ideal de homem moderno para os trópicos, um europeu com sangue de negro ou índio” (REIS, 2007, p. 73).

A construção de “espaços de confraternização” pode ser notada na medida em que predomina a ideia de “plasticidade”, implícita nas formas de uma colonização atenuada, ponto nevrálgico do caso brasileiro e metodicamente calcada na conciliação e na integração entre os pares opostos (passado/presente, senhor/escravo, ambiente/cultura, público/privado). “Casa” e “rua” convergem, a miscigenação vem para amortizar os antagonismos e passa a forjar o *brasileiro*, indivíduo *sui generis* encarnado na figura do *mulato*. A sociedade multirracial resultante deste “amálgama étnico” (COSTA, 1999, p. 366), em que as etnias envolvidas se complementavam entre si e entre si se equiparavam, em termos de valores que superavam a própria ideia de “raça”.

O papel central do quesito sexualidade denota também que a estrutura social da família patriarcal, no âmbito da formação nacional, sempre esteve cruzada por questões de poder, gênero e interpenetração sexual e cultural. A especificidade do caso brasileiro remonta a posições sociais que marcaram a sociedade colonial e escravocrata, considerando-se a perspectiva de aprendizado mútuo dentro desse “caldeamento de raças”. O discurso

construído por Freyre acerca da sexualidade mostra a duplicidade de sentidos característica de seu pensamento: ora, uma relação normativa e dominadora; ora, uma ligação positiva, de intimidade entre os extremos antagônicos – numa relação singularmente harmônica.

A complexa elaboração cultural perpassa o pioneirismo da mulher indígena no seu papel de fundação da sociedade brasileira; da negra, espécie de “multifuncional” que representa desde a ama-de-leite até a governanta confidente que dá suporte à manutenção da unidade familiar; a construção da imagem sedutora, a exaltação da sensualidade, bem como a admiração da beleza e dos trejeitos da mulata; a solidão da matrona portuguesa e sua dificuldade de adaptação à vida nos trópicos; e a promiscuidade e voracidade sexual do colonizador português, dada a escassez de mulheres europeias no povoamento da colônia.

É fato consabido que os aspectos positivos e negativos presentes na análise do pensador representam traços sádicos e hierarquizantes durante o processo de miscigenação racial. Souza (2000, p. 3) expressa que o patriarcalismo gilbertiano

[...] tem a ver com o fato de que não existem limites à autoridade pessoal do senhor de terras e escravos. [...] Sem dúvida, a sociedade cultural e racialmente híbrida de que nos fala Gilberto não significa de modo algum igualdade entre as culturas e raças. Houve domínio e subordinação sistemática, [...] houve perversão do conceito limite do sadismo. Nada mais longe de um conceito idílico ou róseo de sociedade. Foi sádica a relação do homem português com as mulheres índias e negras, [...] com suas próprias mulheres brancas, as bonecas de reprodução e sexo unilateral. [...] Era sádica, finalmente, a relação do senhor com os próprios filhos, os seres que mais sofriam e apanhavam depois dos escravos.

Todavia, os fatores que conformam a base da dominação patriarcal, dura e excludente, de senhores sobre escravos, encerram em si mesmos, por meio de sua base familiar e comunitária – marca esclarecedora da sociologia dual de Gilberto Freyre – a chave para a compreensão da sociedade brasileira. É o predomínio da ideia do “Brasil-cadinho” (ORTIZ, 2006, p. 37), ou seja, do lugar onde se adicionam concepções diversas, elementos de origens variadas. Ao “adocicar” a dureza da dominação, diminuíram as disparidades socioculturais entre os opostos:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a senzala e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido da aristocratização, extremando a sociedade em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre ensanduchada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (FREYRE, 2004, p. 33).

Esse processo de interpenetração étnica e cultural foi, portanto, a marca central e o principal sintoma da originalidade de formação do brasileiro, nascido da adaptabilidade aos trópicos e que venceu a dura batalha, sendo capaz de sobrepor-se aos antagonismos existentes e orientar-se no sentido da integração e da conciliação. Gilberto Freyre privilegiou a

valorização positiva do *ethos* brasileiro através de uma visão não conflituosa das relações sociais, deixando em segundo plano a dimensão político-econômica e dando ênfase à história íntima da família. Salientou a continuidade entre passado e presente, entre família e Estado, entre privado e público – quais duas faces da mesma moeda, espécie de “realidade orgânica” entre duas instituições simbióticas e interdependentes, núcleo básico da sociedade brasileira desde os primórdios coloniais.

4 Democracia social, paraíso racial: um dilema atual

A reelaboração hermenêutica e a refutação das teorias racistas, que pudemos contemplar a partir da leitura das obras de Gilberto Freyre, culminaram na transfiguração do mestiço em símbolo nacional, celebrado ritualisticamente e socialmente difundido. Embora não tenha sido o primeiro a cunhar o termo “democracia racial”, Freyre é o autor que mais frequentemente é associado a essa ideologia, a qual nos é apresentada como a representação do Brasil por excelência, isto é, como a mais fiel descrição do estado atual das relações étnicas e raciais em nosso país – o mito do “paraíso racial”.

O panorama fornecido pelo autor tornou-se ponto pacífico, expressão difundida entre membros das classes dominantes e privilegiadas, que manteve aparentemente intacto o mito da coexistência pacífica entre o “triângulo racial” em proveito da manutenção do estado de coisas em nome de uma suposta singularidade e originalidade brasileira. De acordo com Costa (1999, p. 373), a mentalidade colonial da elite branca brasileira “tinha aprendido desde o período colonial a ver os negros como inferiores. Tinha também aprendido a abrir exceções para alguns indivíduos negros ou mulatos”. O elogio à mestiçagem ganhava contornos de *status* científico. O mito da democracia racial colaborava (e ainda colabora) fortemente para obliterar as diferenças raciais.

Pelo menos esta é a opinião de parte da geração de cientistas sociais posteriores a Gilberto Freyre, os quais buscaram desacreditar o mito da convivência harmoniosa e desconstruir a “verdade das gerações passadas” (COSTA, 1999, p. 368). O descompasso entre mito e realidade se descortina a partir da própria crença nas relações idílicas proporcionadas pela mistura tranquila de nossa sociedade plurirracial, a qual redundou na encomenda de uma pesquisa, patrocinada pela UNESCO no início da década de 1950 (MAIO, 1998; IANNI, 2004). Essa pesquisa frustrou as expectativas e a crença de que vivíamos em uma sociedade livre de mecanismos e barreiras legais de segregação e discriminação racial, o que abalou a imagem positiva de nossa realidade social.

A integração do negro na sociedade brasileira deu-se em termos simbólicos, emanados durante a vigência do “pacto nacional-desenvolvimentista”. Com o golpe militar de 1964, desfaz-se o pacto e emergem as manifestações populares em busca de espaços de reconhecimento e de direitos reivindicatórios:

O movimento negro brasileiro, influenciado, internacionalmente, pela *négritude*, enfatizava as suas raízes africanas, o que gerava a reação de intelectuais como Gilberto Freyre (1961, 1962), em sua cruzada em prol dos valores da mestiçagem e do luso-tropicalismo. A discussão sobre o caráter da “democracia racial” no Brasil – ou seja, se se tratava de realidade cultural (como queriam Freyre e o *establishment* conservador) ou o ideal político (como queriam os progressistas e o movimento negro) – acabava levando à radicalização das duas posições (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

Florestan Fernandes (*apud* SCHWARCZ, 2005-2006) enxergava uma acomodação do pensamento social brasileiro, que, de acordo com suas palavras, confundiu “tolerância racial com democracia racial”. Para o sociólogo, é uma atitude hipócrita imaginar o negro e o mulato em condições igualitárias de oportunidade quando se fala a respeito de renda, prestígio social e poder, dadas as condições de distanciamento econômico, social e político do negro, construído sobre os alicerces de uma sociedade escravagista, e que mantém ainda hoje um padrão de sujeição que não foi abolido, ou seja, é um drama humano escamoteado sob o manto de um mito social criado e mantido em nome de interesses e de um projeto de poder. O mito, então, atua como ideologia – no sentido de conferir algum sentido a uma realidade socialmente construída com vistas à assimilação coletiva para produção e reprodução de uma ideia disseminada, uma “falsa consciência” que oculta a realidade e simplifica as coisas (SCHWARCZ, 2005-2006).

Considerações finais

É inegável a importância sócio-histórica – no sentido da superação de ideologias racistas e biologistas que se tornaram *mainstream* nas Ciências Sociais brasileiras – e a atualidade da obra de Gilberto Freyre no que tange à formulação dos debates sociais e culturais em voga na sociedade brasileira. Também é justa a colocação de seus críticos de que seu pensamento influenciou a sociedade e serenou os ânimos dos movimentos sociais (em especial o movimento negro) nas lutas pela quebra de paradigmas que mantêm em nosso cotidiano uma lógica perversa, sob uma ordem estabelecida e pautada por uma lei que sustenta um crescimento capitalista fundado na dependência, na desigualdade e na estratificação social.

O caráter controverso e ambivalente dos escritos de Freyre contribuiu sobremaneira para que prevalecesse o perfil hierarquizante, em detrimento dos princípios de igualdade civil, política e moral; a igualdade é apenas formal e colabora na perpetuação e reprodução do “racismo à brasileira”, o qual supervaloriza a falta de leis que explicitem a segregação racial, mas que pratica outra modalidade de preconceito racial: a marginalização do negro revestida sob o verniz do “problema social”, postura marcadamente etnocêntrica.

A eficácia do mito da “democracia social”, da “coexistência pacífica” e da propagação do mito simbólico da “democracia racial” se faz notar em nossos dias pela apropriação, por parte de nossas elites dominantes, destes conceitos enquanto protótipo cultural de (falsa) interação cultural, haja vista a dificuldade de aceitação das políticas públicas de fomento à inclusão do negro, do indígena e do branco pobre nos bancos das universidades públicas. Ao negar e isolar “raça” e “classe social” (IANNI, 2004), cria-se a capa ilusória da possibilidade de ascensão pela via do mérito, um falso truísmo que rejeita a noção de “raça” como construção sócio-histórica (portanto, não biológica), bem como a própria evidência do racismo.

Referências

ARAÚJO, R. B. Chuvas de verão. "Antagonismos em equilíbrio" em Casa Grande & senzala de Gilberto Freyre. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 198-211.

BASTOS, E. R. Gilberto Freyre: a sociologia como sistema. *Ciência & Trópico*. Recife, v. 15, n. 2, p. 157-164, jul./dez. 1987.

BASTOS, E. R. *Gilberto Freyre, a diversidade e a extensão dos direitos políticos* (Mimeo). Texto apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, 1994.

COSTA, E. V. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

FEBVRE, L. Brasil, terra de história. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 56, p. 16-25, mar. 2000.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. 45 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 4, p. 1-22, 2002. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2013.

IANNI, O. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil (entrevista). *Estudos Avançados* [online], v. 18, n. 50, p. 6-20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100002>. Acesso em: 4 mai. 2013.

MAIO, M. C. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 2, 1998, p. 375-413.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 5, p. 15-34, 2004.

OLIVEN, R. G. Cultura brasileira e identidade nacional (O eterno retorno). In: Sérgio Miceli. (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira 1970-2002*. São Paulo: Sumaré, 2002. p. 15-43.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, J. C. Anos 30: Gilberto Freyre. O relogio da colonização portuguesa. In: *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9 ed. ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 51-82.

SCHWARCZ, L. M. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. In: LUND, J.; McNEE, M. (Eds.). *Gilberto Freyre e os estudos latinoamericanos*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, Universidade de Pittsburgh, 2006. p. 305-334.

SCHWARCZ, L. M. A questão racial brasileira vista por três professores: Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira, Oracy Nogueira (Apresentação). *Revista USP*. São Paulo, n. 68, p. 168-179, dez.-fev. 2005-2006.

SOUZA, J. Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira. *Estudos afro-asiáticos* [online], n. 38, 2000, p. 135-155. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200007>. Acesso em: 5 mai. 2013.